



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Demonstrações Financeiras

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

31 de dezembro de 2018 e 2017



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Índice

Balanço patrimonial.....	03
Demonstração do resultado	05
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	06
Demonstração dos fluxos de caixa.....	07
Notas explicativas às demonstrações financeiras	08
1. Contexto operacional	08
2. Resumo das principais práticas contábeis.....	08
3. Caixa e equivalentes de caixa e Custódia	09
4. Contas Correntes Clubes	11
5. Outras Contas a Receber.....	11
6. Adiantamentos Diversos	12
7. Contrato de Mútuo Clubes	12
8. Depósitos e Bloqueios Judiciais	13
9. Imobilizado.....	13
10. Intangível	14
11. Tributos e Encargos Sociais.....	15
12. Outras Contas a Pagar.....	16
13. Empréstimo Capital de Giro	16
14. Contrato de televisionamento.....	17
15. Recursos p/ Aplicação em Instalações Esportivas	17
16. Fundo Desenv. Amparo de Futebol RJ	17
17. Receitas operacionais	17
18. Despesas com pessoal	18
19. Despesas administrativas	19
20. Despesas Gerais.....	19
21. Despesas com Indenizações Judiciais e Trabalhistas.....	19
22. Despesas Tributárias	20
23. Patrimônio Social	20



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Balanco patrimonial

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.049	5.499
Contas Correntes Clubes	4	15.380	15.494
Outras Contas a Receber	5	1.328	1.628
Adiantamentos Diversos	6	724	723
Contrato de Mútuo Clubes	7	1.800	4.631
Custódia	3	4.283	3.740
		36.564	31.715
Ativo não circulante			
Depósitos e Bloqueios Judiciais	8	3.539	3.396
Imobilizado	9	39.917	39.645
Intangível	10	117	117
		43.573	43.158
Total ativo		80.137	74.873



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Balanco patrimonial

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante			
Tributos e Encargos Sociais	11	9.871	6.355
Outras Contas a Pagar	12	1.942	1.340
Empréstimo Capital de Giro	13	3.271	925
Contas Correntes Clubes	4	470	151
Contrato de Televisionamento	14	22.329	19.964
Recursos p/ Aplicação em Inst. Esportivas	15	2.585	3.420
Fundo Desenv. Amparo Futebol RJ	16	1.409	1.520
		41.877	33.675
Passivo não circulante			
Tributos e Encargos Sociais	11	382	830
Tributos e Encargos Sociais – Profut	11	16.547	17.192
Tributos e Encargos Sociais – ISS	11	6.078	6.247
Fundo Desenv.Amparo Futebol RJ	16	7.043	9.122
		30.050	33.391
Total do passivo		71.927	67.066
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	23	(18.299)	(16.954)
Reserva de Reavaliação	9	26.106	26.106
Superávit (Déficit) do exercício		403	(1.345)
Total do patrimônio líquido		8.210	7.807
Total do passivo e do patrimônio líquido		80.137	74.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receitas operacionais	17	26.706	29.360
Despesas com pessoal	18	(12.575)	(13.296)
Despesas administrativas	19	(7.913)	(9.304)
Despesas gerais	20	(4.431)	(6.340)
Despesas com indenizações judiciais e Trabalhistas	21	(143)	(412)
Despesas tributárias	22	(1.252)	(967)
		<u>(26.314)</u>	<u>(30.319)</u>
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro		<u>392</u>	<u>(959)</u>
Receitas financeiras		580	431
Despesas financeiras		(569)	(817)
		<u>11</u>	<u>(386)</u>
Superávit (Déficit) do exercício		<u>403</u>	<u>(1.345)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Déficit/Superávit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldos finais em 31 de dezembro de 2016	(6.001)	26.106	(10.953)	9.152
Movimentação do período				
Transferência	(10.953)	-	10.953	-
Déficit do exercício	-	-	(1.345)	(1.345)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017	(16.954)	26.106	(1.345)	7.807
Movimentação do período				
Transferência	(1.345)	-	1.345	-
Superávit do exercício	-	-	403	403
Saldos finais em 31 de dezembro de 2018	(18.299)	26.106	403	8.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	403	(1.345)
	<u>403</u>	<u>(1.345)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) do contas correntes clubes	433	(4.714)
Redução (Aumento) de Outras Contas a Receber	300	(1.300)
(Aumento) de Adiantamentos diversos	(1)	(393)
Redução (Aumento) do contrato de Mútuo clubes	2.831	(4.631)
(Aumento) de Custódia	(543)	(431)
(Aumento) de depósitos e bloqueios judiciais	(143)	(164)
(Redução) de salários a pagar	-	(91)
Aumento de tributos e encargos sociais	2.254	698
Aumento (Redução) de outras contas a pagar	603	(1.001)
Aumento de contrato de televisionamento	2.365	12.016
(Redução) Aumento Recursos p/ Aplicação em Inst. Esportivas	(836)	3.420
(Redução) Fundo Desenv. Amparo Futebol RJ	(2.190)	(1.456)
	<u>5.476</u>	<u>608</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(272)	(259)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	<u>(272)</u>	<u>(259)</u>
Atividades de financiamento		
Aumento (Redução) de empréstimo capital de giro	2.346	(183)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	<u>2.346</u>	<u>(183)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.550</u>	<u>166</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.499	5.333
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	13.049	5.499
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.550</u>	<u>166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Federação Futebol do Estado do Rio de Janeiro, designada pelas siglas FERJ ou FFERJ, resultante da fusão, em 29 de setembro de 1978, da Federação Carioca de Futebol e da Federação Fluminense de Futebol, de utilidade pública, é sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, de duração indeterminada, filiada a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e os membros dos Poderes Sociais não são remunerados pelo exercício de seus cargos. A FERJ tem por objetivo fundamental, administrar, dirigir, superintender, controlar, fomentar, difundir, incentivar, melhorar, regulamentar e fiscalizar, de acordo com sua competência legal, a prática de futebol não profissional e profissional, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução 1.409/12 - Entidades sem Finalidade de Lucros, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Entidade em 11 de abril de 2019.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas no próximo tópico.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Entidade estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Entidade tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Entidade referem-se a empréstimos e financiamentos e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

3. Caixa e equivalentes de caixa e Custódia

3.1. Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	12.485	4.781
Aplicações financeiras de liquidez imediata	564	718
	<u>13.049</u>	<u>5.499</u>

A Entidade tem políticas de investimento financeiro que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e sejam substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos de curto prazo são efetuados por períodos que variam entre um dia e três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Entidade, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

3.2. Custódia

	31/12/2018	31/12/2017
Custódia	4.283	3.740
	<u>4.283</u>	<u>3.740</u>

Desde 2010 a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro vinha mantendo contrato com a empresa Transexpert Vigilância e Transporte de Valores S.A. para a custódia de seus valores, principalmente de cheques e cédulas, com o intuito de garantir maior segurança de seus numerários em trânsito. Em 07 de junho 2015, a sede da empresa Transexpert, localizada no bairro de Santo Cristo/RJ, foi consumida por incêndio, destruindo todo o numerário em custódia de seus diversos clientes, incluindo os valores pertencentes a FERJ, constituído de cédulas em moeda Real, que importavam em R\$2.889. A FERJ através de seus advogados moveu ação indenizatória com pedido de providência cautelar inominada em face da Transexpert, em trâmite perante a 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro. Em 11/03/2016 foi DEFERIDA MEDIDA CAUTELAR INOMINADA onde obriga a Transexpert a DEPOSITAR JUDICIALMENTE a quantia retro mencionada, no PRAZO DE 24H.

Foi proferida sentença em 10/02/2017 condenando a TRANSEXPERT' a pagar à parte FERJ a quantia de R\$ R\$2.931.949,30 (dois milhões, novecentos e trinta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e trinta centavos), a título de indenização por danos materiais, acrescida de correção monetária segundo índices oficiais do TJRJ e de juros simples de 1% ao mês a contar da citação.

A sentença transitou em julgado sem recurso da TRANSEXPERT, razão pela qual se constituiu definitivamente o crédito em favor da FERJ.

Conforme parecer de seus consultores jurídicos que se baseia nos fatos acima transcritos, a entidade não constituiu nenhuma provisão para perda, tendo sido classificado pelos advogados como "probabilidade de perda remota".

Para melhor apresentação em suas demonstrações financeiras, a FERJ reclassificou o item em tela para a rubrica contábil denominada "custódia" em seu Ativo Circulante.

O valor foi atualizado para data base de 31/12/2018, conforme determinação da sentença proferida em 10/02/2017.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4. Contas Correntes Clubes

Os valores registrados no **Ativo**, são relativos ao saldo devedor de borderôs, adiantamentos, taxas e emolumentos por serviços prestados pela FERJ. No **Passivo**, relativos a saldos credores a favor dos clubes.

Segue abaixo os saldos a receber e a pagar referentes a essas transações entre a Entidade e os clubes de futebol:

Contas Correntes Clubes(Ativo)	31/12/2018	31/12/2017
Contas Correntes Clubes	15.380	15.494
Total	15.380	15.494

Contas Correntes Clubes (Passivo)	31/12/2018	31/12/2017
Contas Correntes Clubes	470	151
Total	470	151

Não incidem juros ou atualização sobre os saldos a receber e a pagar nas transações acima.

5. Outras Contas a Receber

Outras Contas a Receber	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Taxa Ferj - borderôs jogos do Flamengo em competições nacionais fora do RJ	(i)	328	328
Valores a Receber Sportplus	(ii)	1.000	1.300
Total		1.328	1.628

- (i) Como prevê o Regulamento Geral de Competições, a Federação de Futebol do Rio de Janeiro fundamenta-se nele para liberar jogos fora do estado mediante o pagamento das despesas da ordem de 5%, além da taxa prevista no mesmo RGC.

De acordo com o artigo 72, não apenas em seu inciso V, cabe dedução da renda para pagamento das despesas administrativas da federação local e também de quadro móvel.

Em junho/2016, o Flamengo entregou ofício à CBF informando que entende como irregular a cobrança destes 5% de taxa adicional referentes ao custeio de despesas cobrado pela FERJ.

O assunto em tela encontra-se em análise pelo setor jurídico da CBF.

A FERJ realizou contabilização dos valores pendentes de decisão junto ao flamengo em seu contas a receber, no Ativo Circulante, na rubrica contábil denominada "Outras contas a Receber". Não foi realizada provisão para perda, pois a FERJ entende como devida a cobrança da taxa em discussão.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- (ii) Em 14 de novembro de 2007, a **FERJ** e a **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.**, celebraram o “Contrato de Cessão de Direitos de Comercialização de Publicidade Estática”, registrado junto ao 6º RTD-RJ sob o nº. 1113611, através do qual lhe foi cedido o direito de comercialização de publicidade estática.

Em 16 de abril de 2010, a **FERJ** e a **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.** celebraram o primeiro “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Comercialização de Publicidade Estática” unicamente para ampliar o prazo de vigência do acordo em epígrafe.

Em 08 de novembro de 2012, a **FERJ** e a **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.**, celebraram o segundo “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Comercialização de Publicidade Estática”, também para estender o prazo de vigência do acordo em epígrafe, cujo termo final é o término do Campeonato Estadual da Primeira Divisão do Estado do Rio de Janeiro da temporada de 2017.

Na cláusula segunda deste segundo “Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Direitos de Comercialização de Publicidade Estática” ficou estabelecido que, em razão da prorrogação indicada acima a **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.**, repassará à **FERJ** a importância de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais) em 2017.

Após negociações, e acordo entre as partes, a empresa **SPORTPLUS MARKETING ESPORTIVO LTDA.**, comprometeu-se em pagar, de forma parcelada, a importância de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) em 2017. Ao longo do ano de 2017 e 2018, a **FERJ** recebeu a quantia de R\$3.500.000,00 (três milhões e duzentos mil reais). Restando o saldo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) a receber, que consta reconhecido na rubrica outras contas a receber no ativo circulante da **FERJ**.

6. Adiantamentos Diversos

Adiantamentos Diversos	31/12/2018	31/12/2017
Encargos Fin. Clubes	351	351
Outros Adiantamentos	373	372
Total	<u>724</u>	<u>723</u>

7. Contrato de Mútuo Clubes

São valores emprestados aos clubes através de contratos de mútuo, que são resgatados com parte dos créditos provenientes dos contratos de televisionamento.

Os pagamentos são efetuados mediante a realização de cotas comerciais e televisivas, em razão da participação dos clubes nas competições. Os adiantamentos de cotas concedidos pela Entidade aos clubes são garantidos, incondicionalmente, por direitos reais consubstanciados nas aludidas receitas comerciais e televisivas, decorrentes da sua participação nos eventos



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

promovidos pela Entidade. Todas as obrigações mantidas pelos clubes em relação à Entidade recebem tratamento rigorosamente equânime.

Abaixo os saldos de Contrato de Mútuo Clubes:

Contrato de Mútuo Clubes	31/12/2018	31/12/2017
Contrato de Mútuo Clubes	1.800	4.631
Total	<u>1.800</u>	<u>4.631</u>

8. Depósitos e Bloqueios Judiciais

Contabilizados em conta específica quando do bloqueio judicial de disponibilidades bancárias. Incluem também os depósitos judiciais e recursais, por determinação do departamento jurídico da FERJ.

Vide abaixo, composição dos valores referentes aos depósitos judiciais:

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais		
Deposito Judicial	1.635	1.492
Deposito Recursal	1.904	1.904
	<u>3.539</u>	<u>3.396</u>

9. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. Como nos anos anteriores, a depreciação não vem sendo contabilizada.

(i) Reavaliação de Imóveis

Em 2011, a administração da FERJ contratou a empresa Câmara de Consultores Associados Ltda.-CCA para proceder a avaliação dos imóveis ao preço de mercado. Os laudos técnicos de avaliação foram concluídos no mês de novembro de 2011. A intenção da administração da FERJ com esta avaliação foi única e exclusivamente de obter para os seus imóveis valores atualizados. A reavaliação foi contabilizada em conta específica no Ativo Imobilizado e de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2016 a administração da Entidade contratou novamente a empresa Câmara de Consultores Associados Ltda.-CCA para proceder a mensuração do valor justo dos imóveis de sua propriedade. Os laudos técnicos de avaliação a valor justo foram concluídos em outubro de 2016. Assim como em 2011, o objetivo da administração com esta avaliação foi única e exclusivamente de obter para este imóvel o valor atualizado, em conformidade com a NBC TG 46 (R1). O ganho com o ajuste a valor justo foi contabilizado em conta



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

específica no Ativo Imobilizado, e reconhecido no resultado do exercício no valor de R\$19.447.466,15.

(ii) Controle do Imobilizado

Em novembro de 2016 a administração da FERJ contratou a empresa APPRAISE-RJ Consultoria Avaliações e Contabilidade Ltda. para a realização dos serviços de contagem física e levantamento das especificações dos bens constantes de seu ativo imobilizado. Em sequência será realizado o cotejamento e conciliação, para eventuais ajustes, entre o inventário físico e os registros na escrituração contábil da FERJ. Com este levantamento será implantado um sistema de controle dos bens do ativo imobilizado que proporcionará o controle e contabilização da depreciação dos bens. O referido trabalho encontra-se em andamento, estando em sua fase final de implantação.

Vide abaixo, quadro que demonstra a movimentação dos itens por categoria de imobilizado:

Imobilizado	Imóveis	Móveis e utensílios	Biblioteca	Equipamentos	Veículos	Reavaliação imóveis	Total
Em 31 de dezembro de 2016	9.244	2.195	115	1.163	580	26.106	39.403
Adições	-	55	-	85	102	-	242
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	9.244	2.250	115	1.248	682	26.106	39.645
Adições	191	56	-	-	76	-	323
Baixas	-	-	-	-	(51)	-	(51)
Em 31 de dezembro de 2018	9.435	2.306	115	1.248	707	26.106	39.917

10. Intangível

	Marcas e Patentes e Linhas Telefônicas	Total
Intangível Em 31 de dezembro de 2016	100	100
Adições	17	17
Em 31 de dezembro de 2017	117	117
Adições	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	117	117

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável, quando o caso. As marcas e patentes encontram-se a valores históricos.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

11. Tributos e Encargos Sociais

Os impostos incidentes na Federação são basicamente os que se referem a folha de pagamento do pessoal.

Os impostos e contribuições sociais a recolher estão compostos da seguinte forma:

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Fonte		496	126
INSS - Diversos		6.816	3.826
FGTS		139	40
Outros		127	67
Parcelamento Lei 13.155/15 – “Profut”	(i)	17.110	17.756
Parcelamento Simplificado Lei 10.522/02	(ii)	765	1.213
Parcelamento ISS	(iii)	7.425	7.596
		<u>32.878</u>	<u>30.624</u>
Tributos e Encargos Sociais – Circulante		9.871	6.355
Tributos e Encargos Sociais – Não Circulante		23.007	24.269
		<u>32.878</u>	<u>30.624</u>

- (i) Parcelamento de acordo com a Lei no 13.155, de 04 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Em 23 de setembro de 2015, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB no 1.340, que regulamentou o parcelamento junto a estes órgãos, com o pagamento em 240 prestações e desconto de 70% na multa, 40% nos juros e 100% nos encargos legais. A partir de novembro de 2015, a FERJ vem recolhendo as parcelas do “PROFUT” de acordo com o estabelecido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340. A confirmação dos efeitos do Parcelamento “PROFUT” depende também da consolidação do cálculo dos débitos por parte da autoridade fiscal, de modo que o montante hoje reconhecido no passivo da FERJ poderá sofrer alterações. Adicionalmente, a manutenção da FERJ no programa de parcelamento está condicionada ao atendimento de determinadas condições, sobretudo do pagamento das parcelas, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, bem como do cumprimento de outras exigências previstas no Programa. Vale ressaltar, que a FERJ para ingressar no “PROFUT” teve que renunciar a vários processos tributários e previdenciários que estavam em discussão, e seguindo orientações do seu corpo jurídico concordou em adicioná-los ao parcelamento do “PROFUT”.



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- (ii) Parcelamento simplificado, em até 60 parcelas corrigidas pelos índices estabelecidos pela Receita Federal, de débitos não abrangidos pela Lei no 13.155, de 04 de agosto de 2015 “PROFUT”.
- (iii) Em 21/08/1995 lavrou-se auto de infração nº. 47937 motivado pela ausência de recolhimento de ISS devido pela venda de cartões de apostas, na forma do art. 8º, inc. LXI da Lei nº. 691/84, no valor originário de R\$ 153.858,14, calculado com base na alíquota de 10% por cento de acordo com o art. 33, inc. II, item 5 da Lei nº. 691/84.

O resultado da multa se deu em razão do movimento financeiro de R\$ 1.538.581,52, contabilizado a partir da apuração de agosto à dezembro de 1994, feita a partir do borderô de apostas.

Em 07/03/2007, lavrou-se auto de infração nº. 121.029 motivado pela ausência de recolhimento de ISS incidente sobre as receitas relativas a serviços de intermediação de contratos firmados entre seus filiados e as emissoras responsáveis pela transmissão dos campeonatos realizados no Estado do Rio de Janeiro, previsto no inc. L, do subitem 0.02, do art. 8º da Lei nº. 691/84, no valor histórico de R\$1.147.025,98, calculado sobre base arbitrada em R\$22.940.519,62.

Em 19/10/2006, lavrou-se o auto de infração nº. 21.023 motivado pela ausência de recolhimento de ISS incidente sobre os seguintes fatos geradores: (i) inexistência de nota fiscal de serviço; (ii) ausência de emissão de nota fiscal de serviço para partidas realizadas no estádio do Maracanã; (iii) extravio de livro de registro de apuração do ISS e (iv) ausência de comunicação de alteração de endereço.

Em janeiro de 2016 os débitos acima descritos foram parcelados em 84 meses corrigidos pelos índices estabelecidos pela Prefeitura RJ, e estão vinculados ao processo 0012358- 77.2009.8.19.0001 (2009.001.013039-8).

12. Outras Contas a Pagar

Valores pertinentes a operação para realização dos jogos, tais como aluguéis de estádio, seguros e outros valores diretamente relacionados aos jogos.

13. Empréstimo Capital de Giro

Os empréstimos obtidos pela Entidade se destinam a manutenção e ao desenvolvimento de atividades. Os saldos estão todos classificados no passivo circulante.

Os contratos de empréstimos vigentes não apresentam cláusulas restritivas que a Entidade seja requerida a cumprir, portanto, não existe situação prevista para possível vencimento antecipado da dívida.

Os juros calculados com base na taxa de juros efetiva da operação são registrados no resultado, respeitando o regime de competência.

Quando há juros já transcorridos, mas pagáveis posteriormente à data do balanço, tais juros e



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

outros encargos eventuais na mesma situação são provisionados no passivo circulante. Por outro lado, se houver situação em que sejam pagáveis a longo prazo, são classificados no passivo não circulante.

14. Contrato de Televisionamento

Refere-se aos valores recebidos da Rede Globo de Televisão, suportados por contratos de televisionamento, os quais serão repassados aos clubes de acordo com as cotas pré-estabelecidas.

15. Recursos p/ Aplicação em Instalações Esportivas

Refere-se aos valores recebidos da Rede Globo de Televisão, suportados por contratos de televisionamento, os quais serão aplicados em melhorias nas instalações esportivas dos clubes que fazem parte da elite do campeonato carioca.

A Federação de Futebol do Rio de Janeiro (Ferj) vai custear a reforma de cinco gramados de estádios que pertencem a clubes da elite do Campeonato Carioca. As melhorias já começaram a ser feitas em alguns locais e vão beneficiar os seguintes estádios: Moça Bonita, Conselheiro Galvão, Los Larios, Elcyr Resende e o Alair Corrêa.

16. Fundo Desenv. Amparo Futebol RJ

É contabilizado nesta rubrica os valores descontados nas cotas dos contratos de televisionamentos e publicidade estática em que participam os clubes de menor investimento, cujos recursos a critério da FERJ, serão aplicados no futebol dessas agremiações.

17. Receitas operacionais

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de abatimentos, como segue:

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Publicidade/Patrocínio	(i)	4.000	4.500
Bilheteria/Renda de jogos	(ii)	5.482	7.558
Direitos televisivos e comerciais	(iii)	12.507	12.738
Auxílio CBF	(iv)	900	964
Taxas de registro, transferência, rescisão e Multas TJD	(v)	3.675	3.378
Receitas de Cursos e Outras atividades	(vi)	142	222
Total das receitas operacionais		26.706	29.360



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- (i) Contratos de publicidade e patrocínio - Os valores provenientes de receita de publicidade se referem aos contratos firmados com as empresas para a divulgação de suas marcas e logos nas competições ocorridas nos estádios de futebol. Geralmente, a divulgação das empresas é realizada através de placas que ficam localizadas nos campos em que as partidas ocorrem, dando assim, ao espectador maior visibilidade e acesso ao material divulgado.
- (ii) Bilheteria/Renda de jogos - A receita proveniente de bilheteria refere-se a 10% da arrecadação bruta nas competições estaduais e nacionais realizadas fora do estado do Rio de Janeiro, e 5% nas competições nacionais em jogos realizados dentro do estado do Rio de Janeiro, sendo reconhecida pelo regime de competência na realização do evento/partida.
- (iii) Direitos televisivos e comerciais - A receita é reconhecida de acordo com o período de vigência de cada contrato, pelo regime de competência. Os direitos comerciais e televisivos se referem aos valores pagos pelos canais de televisão em que as partidas são transmitidas em rede nacional e/ou estadual.
- (iv) Auxílio CBF (Programas de Auxílio Financeiro)- Refere-se aos valores recebidos pela Federação, onde o mesmo tem como objetivo a assistência financeira necessária para a sua manutenção e operação. Um dos exemplos que podemos citar referente à destinação dos recursos, é a manutenção das instalações em que a Federação se localiza e a continuidade de suas operações.
- (v) Taxas de registro, transferência, rescisão e multas TJD - A receita proveniente da negociação de atletas se refere às taxas de transferência entre clubes quando os jogadores são transferidos para Estados diferentes. Além disso, no caso de transferência de jogadores do mesmo Estado para Clubes distintos, são cobrados valores de rescisão e recadastramento. Em todos os casos, a receita é reconhecida pelo regime de competência. As multas do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD)-referem-se principalmente às multas em que o Tribunal efetua cobrança aos Clubes por diversos motivos, tais como uma possível ofensa ao árbitro da partida. Neste caso, o TJD abre um inquérito contra o clube pelo qual o jogador fez a ofensa e o mesmo efetua o pagamento da multa, que por sua vez é repassado para a Federação pelo Tribunal.
- (vi) Receitas de Cursos e Outras atividades - Refere-se aos valores recebidos pela Federação provenientes de formação de treinadores e formação de árbitros.

18. Despesas com Pessoal

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e Benefícios	10.498	11.551
Despesas com Instrução	54	50
Encargos Sociais	2.023	1.695
	<u>12.575</u>	<u>13.296</u>



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

19. Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas C/ Eventos	1.054	1.055
Despesas C/ Material Esportivo	17	32
Despesas C/ Deslocamentos	810	796
Despesas C/ Material de Consumo e Expediente	390	591
Despesas C/ Agua, Esgoto, Luz, Telefone e Internet	714	951
Despesas C/ Serviços Prestados PJ	3.174	4.031
Despesas C/ Viagens e Estadias	870	795
Despesas C/ Segurança Patrimonial	646	741
Despesas C/ informática	191	198
Despesas C/ TJD	47	114
	7.913	9.304

20. Despesas Gerais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas C/ Arbitragem	804	1.073
Despesas C/ ICF	284	239
Despesas C/ Manutenção e Conservação	674	1.178
Ajuda de Custo Ligas e Filiadas	1.253	1.902
Despesas C/ aluguéis e Condomínios	481	513
Despesas Legais	127	587
Outras Despesas	808	848
	4.431	6.340

21. Despesas com Indenizações Judiciais e Trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas C/ Indenizações Judiciais	137	351
Despesas C/ Indenizações Trabalhistas	6	61
	143	412



FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

22. Despesas tributárias

As despesas tributárias referem-se aos valores de impostos pagos ao longo do exercício de 2018.

23. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits. Os Superávits dos exercícios são destinados à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil de Continuidade da Entidade.

RUBENS LOPES DA COSTA FILHO
PRESIDENTE

PLÍNIO CLÓVIS JORDÃO
VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO

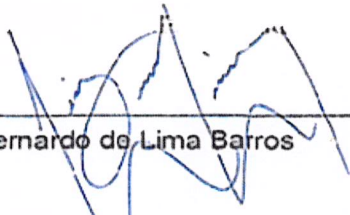
ALBERTINO ENEAS GAMA BUENO
TÉC. CONTABILIDADE – CRC/RJ 016144-3

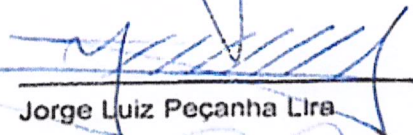


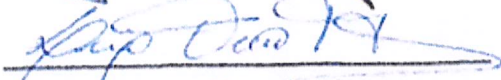
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao disposto no Item IV, § 5º do Art. 43, Seção III do Estatuto da FERJ, em reunião do dia 11 de abril de 2019, após examinar os documentos e as demonstrações financeiras, aprovou, sem ressalvas, as contas e o Balanço Geral do exercício de 2018, e é de parecer favorável à sua apresentação e aprovação pela Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2019


Luiz Bernardo de Lima Barros


Jorge Luiz Peçanha Lira


Luiz Fernando Giancristoforo



ASSESSORIA EMPRESARIAL
CONTÁBIL • AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À

Diretoria e Conselheiros

Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** de 31 de dezembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio social e do fluxo de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalvas

Os bens que compõe o ativo imobilizado, Nota 9, estão demonstrados pelos seus valores históricos, complementados com a reavaliação dos imóveis, com base em laudo técnico de avaliação concluído em outubro de 2016.

As depreciações do ativo imobilizado, como nos anos anteriores, não vem sendo apropriadas. O pronunciamento técnico CPC 27 – “Ativo imobilizado” requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Adicionalmente, a Entidade não tem controle individual sobre os bens registrados no ativo imobilizado. Conseqüentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação aos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018.

A diretoria da Entidade não realizou os estudos de avaliação para a indicação de ocorrência de redução no valor recuperável do ativo imobilizado. Devido à ausência das análises para indicação de perda do valor recuperável, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.



ASSESSORIA EMPRESARIAL
CONTÁBIL • AUDITORIA

Ênfase - Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 11 às demonstrações financeiras, que transcreve que a FERJ aderiu ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) em novembro de 2015. A Entidade reconheceu os débitos levantados pelas autoridades tributárias, atualizando o valor de seus débitos. A FERJ vem recolhendo as parcelas estabelecidas pelo Programa desde novembro/15. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros Assuntos

Para atendimento às normas de contabilidade, a Entidade registrou a avaliação patrimonial de seus imóveis pelo critério de valor justo ("fair value"), conforme descrito na nota explicativa de número 9.

Em novembro de 2016 a administração da FERJ contratou a empresa especializada para a realização dos serviços de contagem física e levantamento das especificações dos bens constantes de seu ativo imobilizado. Com este levantamento será implantado um sistema de controle dos bens do ativo imobilizado que proporcionará o controle e contabilização da depreciação dos bens. O referido trabalho encontra-se em andamento, estando em sua fase final de implantação, conforme descrito na nota explicativa de número 9.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da **FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



ASSESSORIA EMPRESARIAL
CONTÁBIL • AUDITORIA

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2019.

ACTIVA ASSESSORIA E CONTABILIDADES LTDA.

CRCRJ-3021/O-3

MILTON MAROTTI RAPIZO
CONTADOR - CRCRJ-22.267/O-9